

INVISÍVEIS OU AUSENTES: A POPULAÇÃO NEGRA NAS ARMAÇÕES BALEEIRAS DE SANTA CATARINA

Renata Waleska de Sousa Pimenta¹

Sabrina Duarte Rosa²

Resumo: A caça das baleias-francas-austrais (*Eubalaena australis*) foi amplamente difundida pela costa brasileira entre os séculos XVII e XIX. No decorrer desse período, a atividade deslocou-se progressivamente para o sul, estabelecendo em Santa Catarina, a partir de meados do século XVIII, seis armações baleeiras. Esses espaços concentravam o trabalho coletivo e sazonal da faina, organizado segundo hierarquias sociais rígidas. No interior dessa estrutura, os africanos escravizados e seus descendentes constituíam a base da força de trabalho, responsáveis pelas tarefas mais árduas, como o retalhamento das baleias e o corte da lenha para alimentar os tachos. Apesar dessa relevância, os registros históricos tendem a invisibilizar sua presença, reforçando a narrativa hegemônica de um litoral catarinense associado majoritariamente à matriz europeia e contribuindo para o apagamento da memória desse passado. À luz da noção de colonialidade do saber, este trabalho analisa registros documentais e bibliográficos sobre a Armação de Garopaba, atual centro histórico da cidade, e a Armação de Imbituba, onde hoje é o Porto de Imbituba, próximo ao Museu da Baleia, com o intuito de compreender como esse período é abordado em relação à atuação da população negra na conformação desses territórios produtivos. Pretende-se tensionar os silêncios da história oficial e reconhecer a contribuição negra na constituição do espaço litorâneo e do patrimônio cultural catarinense, propondo uma leitura descolonizadora que articula memória, territorialidade e resistência frente ao apagamento histórico. A experiência negra no litoral sul-brasileiro não apenas sustentou economicamente a atividade baleeira, mas também produziu sentidos de lugar e práticas espaciais que desafiam a racionalidade eurocentrada e seus critérios de legitimação do saber histórico.

Palavras-Chave: População negra em Santa Catarina; armações baleeiras; apagamento histórico.

Introdução

A *Eubalaena australis* (Desmoulins, 1822), é uma espécie de cetáceo que foi intensamente caçada ao longo do tempo. A baleia-franca-austral possui características que a tornam alvo fácil para os caçadores, como: espessa camada de gordura, hábitos costeiros, flutua naturalmente quando morta e comportamento tranquilo (MORAIS *et al.*, 2016). Esta espécie visita todos os anos o litoral do Brasil para procriar e amamentar os seus filhotes (PALAZZO & FLORES, 1998). Diante disto, a caça das baleias-francas-austrais foi amplamente difundida pela costa brasileira entre os séculos XVII e XIX (ELLIS, 1969).

A caça desta baleia iniciou com o intuito da extração de sua gordura para produção de óleo, utilizada para iluminação pública, fabricação de argamassas para construções, e as barbatanas, também conhecidas como cerdas bucais, para a fabricação de espartilhos (ELLIS, 1969; EDMUNDSON & HART, 2014). No decorrer desse período, a atividade deslocou-se progressivamente para o sul, estabelecendo em

¹ Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Docente na Educação Básica, Técnica e Tecnológica no Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, câmpus Garopaba – SC. Integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN e coordenadora do Grupo de Pesquisa Amefricanidade - GPAmé. renata.waleska@ifsc.edu.br.

² Graduada em Licenciatura de Ciências Biológicas pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Discente no Curso Técnico em Guia de Turismo Regional de Santa Catarina pelo Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC câmpus Garopaba – SC. sabrina.dr@aluno.ifsc.edu.br.

Santa Catarina, a partir de meados do século XVIII, seis armações baleeiras (ELLIS, 1969; REIS, 2016).

Conforme Myriam Ellis (1969), o termo “*armar pesca e armar às baleias*” é dado para as armações baleeiras no período do Brasil Colonial. A armação é toda a estrutura construída para a atividade baleeira na costa brasileira. Esses espaços concentravam o trabalho coletivo e sazonal da faina, organizado segundo hierarquias sociais rígidas. No interior dessa estrutura, os africanos escravizados e seus descendentes constituíram a base da força de trabalho, responsáveis pelas tarefas mais árduas, como o retalhamento das baleias e o corte da lenha para alimentar os tachos. Em Santa Catarina, os escravizados trabalhavam nas armações baleeiras durante os anos de 1746 até 1829, em ambientes precários, com condições agravadas pelas atividades árduas e de alto grau de perigo (REIS, 2016).

Apesar desta relevância em relação ao desenvolvimento das atividades produtivas na região sul do Brasil, os registros históricos tendem a inviabilizar sua presença, reforçando a narrativa hegemônica de um litoral catarinense associado majoritariamente à matriz européia e contribuindo para o apagamento de memória desse passado. Tal passado pode ser compreendido à luz do que Aníbal Quijano (2005) denominou colonialidade do saber, que se refere à um padrão de poder que não se limita à dominação política e econômica, mas que se estende à produção e legitimação dos conhecimentos. A colonialidade do saber opera por meio da imposição de uma racionalidade eurocentrada que hierarquiza os modos de conhecer e desqualifica epistemologias e experiências oriundas dos povos colonizados.

Nesse sentido, a ausência de registros e reconhecimento da participação da população negra nas armações baleeiras não se trata apenas de uma lacuna documental e histórica, mas de uma consequência direta desse processo de colonialidade, que define o que é considerado conhecimento legítimo e quem pode ser reconhecido como sujeito histórico.

Este trabalho, ao analisar os registros documentais e bibliográficos sobre a Armação de Garopaba - atual centro histórico da cidade -, e a Armação de Imbituba - onde hoje é o Porto de Imbituba, próximo ao Museu da Baleia - busca justamente tensionar os silêncios da história oficial. Pretende-se, assim, reconhecer a contribuição negra na constituição do espaço litorâneo e do patrimônio cultural catarinense, propondo uma leitura descolonizadora da memória e da paisagem costeira.

As Feitorias Baleeiras E Seus Contextos Sociais

Em 1602, o rei Filipe III, autorizou um alvará para os bascos - região do leste da França e ao Sul da Espanha, sendo Biscaia uma de suas províncias - o capitão Pêro de Urecha e seu sócio Julião Miguel, caçarem as baleias no litoral do Brasil em um período de dez anos (ELLIS, 1969). Iniciou-se então, a construção das armações baleeiras ao longo da costa brasileira.

O Recôncavo baiano foi o berço para estas atividades, com a primeira indústria baleeira construída na Ilha de Itaparica no século XVII (ELLIS, 1969). Em 1614, após o fim da concessão dos biscainhos para a caça, o Provedor-mor da Fazenda, Sebastião Borges e o Governador-Geral do Brasil, Gaspar de Sousa, instituíram a baleia como *peixe real*, ou seja, propriedade da coroa portuguesa (EDMUNDSON & HART, 2014). Esta deliberação instituiu o período de inúmeros contratos para a exploração deste monopólio que perdurou por dois séculos.

Do litoral baiano para o Brasil meridional - Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina -, as armações baleeiras foram instaladas ao longo da costa, conforme ocorria

a redução da população destes animais nestas áreas. A autora Myriam Ellis do livro “A Baleia no Brasil Colonial” de 1969, descreve os locais das armações baleeiras e suas respectivas paisagens, como:

Da Bahia a Santa Catarina, em ilhas e no continente, à entrada de baías ou de braços de mar, nas enseadas de águas mansas e de fácil acesso, abrigadas dos ventos sul, alojaram-se as armações sempre vizinhas de uma ponta de terra, autêntico posto de investigação do mar.[...]constituída a enseada o prolongamento da armação, o sítio de onde se iniciava e onde terminava a caçada da baleia. Eram algumas armações autênticas aldeias. Construídas nas proximidades das praias, seus estabelecimentos - casa grande, capela, moradias, alojamentos e senzalas, engenho de frigar e reservatórios de óleo, armazéns e oficinas, cais, rampas e paredões - atingiam as bordas do mar. Em segundo plano, como pano de fundo, em contraste com o cenário marítimo do entreposto baleeiro, a mata a revestir um terreno geralmente ondulado e em nível superior, de onde se extraíam a madeira para construções e barcos e a lenha para as fornalhas em que se fundia, em enormes caldeiras, o tocinho das baleias (ELLIS, 1969 p. 60-62).

Este trecho relata a complexidade que envolvia as feitorias baleeiras do Brasil Colônia. Além da atividade baleeira que se configurava em todo este ambiente, a formação da sociedade também ganhava espaço, diante das inúmeras ocupações exercidas durante a caça das baleias. As fainas baleeiras foram tão complexas que era fundamental um grande grupo de pessoas, aplicadas em tarefas específicas, alguns dos quais, especialistas em determinadas funções da atividade (AZEVEDO, 2020).

As atribuições desenvolvidas nas armações foram divididas de acordo com os locais de atuação. No mar, embarcados em baleeiras ou chalupas, em sua maioria homens brancos e livres, compunham a caça da baleia-franca: o arpoador, timoneiro e os remadores. Em terra firme, a base da mão de obra, os escravizados, muitos africanos, labutando no retalhamento do cetáceo, nas casas de frigar a gordura, nos engenhos de cana de açúcar e do café e no corte das madeiras para alimentar as caldeiras dos engenhos de azeite.

A diferença entre os trabalhos realizados nas armações baleeiras foi registrada no quadro [Figura 1] do artista Leandro Joaquim do século XVIII. A obra retrata todas as fases da caça das baleias na Baía de Guanabara no estado do Rio de Janeiro. Iniciando com os baleeiros no mar, próximo da costa, caçando e arpoando os animais, outros barcos rebocando o cetáceo morto até a praia. Em terra firme [Figura 2], o retalhamento da baleia e a configuração do interior das armações, com destaque, para as caldeiras de frigar a gordura em óleo. A análise desta obra, aponta a diferença dos grupos sociais que executavam estes serviços entre o mar e a terra.

Figura 1: Pesca da baleia na Baía de Guanabara. Século XVIII.



Fonte: Google Arts & Culture, s/d. Quadro do Leandro Joaquim. Século XVIII. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/pesca-da-baleia-na-baa-de-guanabara/2QE9G66YFYnMww>. Acesso em: 04/10/2025.

Figura 2: Os trabalhos realizados em terra firme nas armações baleeiras.



Fonte: Google Arts & Culture, s/d. Quadro do Leandro Joaquim. Século XVIII. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/pesca-da-baleia-na-baa-de-guanabara/2QE9G66YFYnMww>. Acesso em: 04/10/2025.

Neste período, havia a presença da distinção racial nas funções administrativas e de poder com as tarefas diretamente relacionadas com a caça das baleias, semelhante a outras atividades econômicas do Brasil Colônia, como a produção de cana de açúcar (AZEVEDO, 2020). Porém, os negros e os brancos participavam dos afazeres práticos, mesmo com a diferenciação da terra e do mar (AZEVEDO, 2020). Diante disto, no documento do “Mappa geral de toda a qualidade de embarcações que ha na Capitania da Bahia” descreve informações sobre os caçadores presentes na faina baleeira:

quanto aos da pesca das Balêas não pasaõ de 80, onde se não vê um branco, e a maior parte cativos; q saem dese mesmo numero de pescadores que se vê no Mapa; porque de Junho até Outubro pescão na armasaõ das Baleas, e de Novembro até Fevereiro nas grandes redes das armasoens, onde se alugaõ para esse fim (Cx, 47, D. 8789, Acervo Bahia Eduardo de Castro Almeida, 1775).

Neste documento, explana a presença dos escravizados em outras atividades nas feitorias baleeiras, além do retalhamento e no corte das madeiras, como adentrar o mar para caçar e matar as baleias, enfatizando a importância deste grupo social nesta faina. Contudo, a invisibilidade na história da atuação dos escravizados nas armações baleeiras, demonstra uma tentativa de apagamento da história da população negra nestas atividades.

Armações de Santa Catarina

O interesse português em fixar no litoral catarinense uma retaguarda para os seus interesses no Rio da Plata culminou com a implantação das feitorias baleeiras em associação com a ocupação territorial do estado (REIS, 2016). Iniciou a caça das baleias-francas em Santa Catarina, em 1746, com a “Armação Grande” ou de Nossa Senhora da Piedade - padroeira da capela construída em 1745 - sendo a maior e a mais importante armação do estado (ELLIS, 1969).

Com o passar dos anos, novas feitorias foram estabelecidas ao longo da costa catarinense. O relato do Governador da capitania de Santa Catarina ao Conselho Ultramarino, descreve as configurações das armações baleeiras pela costa catarinense até o final do século XVIII:

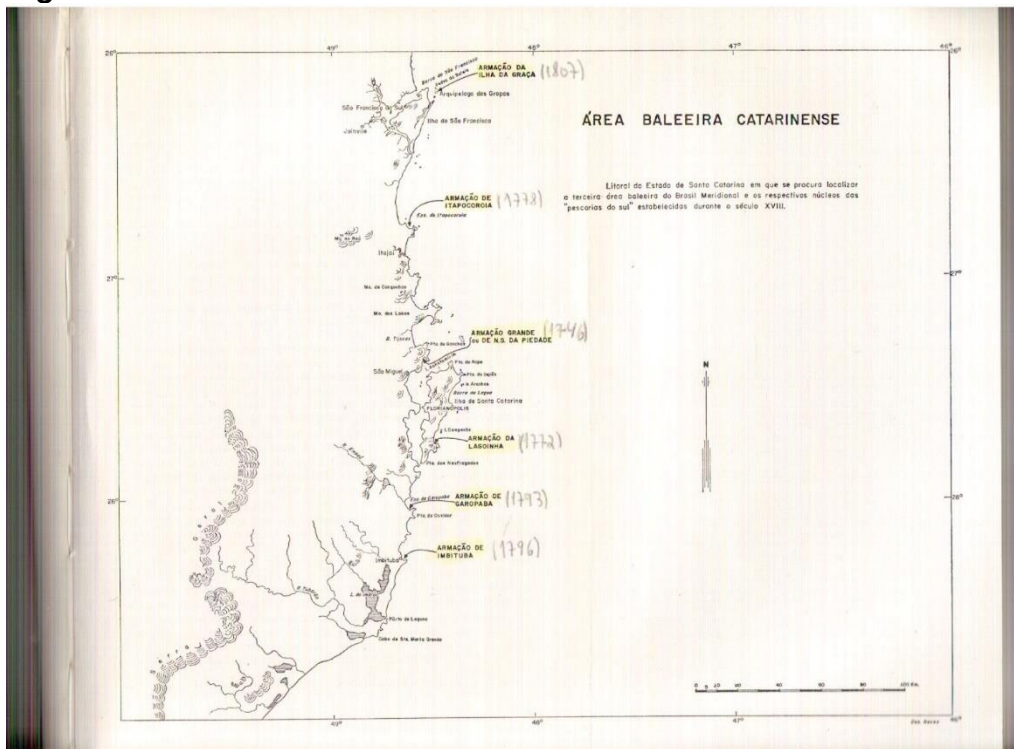
Noticia das Armaçoens de Baleas que até o fim do anno de 1794 haviao na Ilha de Santa Catarina, e Terra Firme a ella adjacente: das que acrescerao depois de 1795 em diante; e estado da sua Pescaria até aoannoproximo passado de 1798.” (Cx. 06, Doc. 405, João Alberto Miranda Ribeiro, 1798).

Os contratos para a concessão da caça das baleias no litoral catarinense começaram com o comerciante do Rio de Janeiro, Tomé Gomes Moreira, entre os anos de 1741 até 1754. Após este ano, o *Contrato das pescarias do sul* ficou sob a administração de Francisco Peres de Sousa, por um período de seis anos, a caça destes animais, do Rio de Janeiro a Santa Catarina (ELLIS, 1969). O ponto alto da atividade baleeira no país, foi com o *Contrato das Pescarias das Baleyas nas Costas do Brasil* em posse da família Quintela no período de 1765 até 1801 (ELLIS, 1969). O período dos Quintelas é marcado pelo desenvolvimento desta atividade, com investimento de capitais em ampliação, na construção de novas feitorias baleeiras, e em maiores instrumentos de trabalho, embarcações e escravizados (ELLIS, 1969).

Através deste contrato, foram construídas as Armações de Sant’Ana de Lagoinha ou das Lagoinhas (1772), a Armação de São João Batista de Itapocoróia (1778), a

Armação de São Joaquim de Garopaba (1793) e a Armação de Imbituba (1796) (COMERLATO, s/d.) Em 1807, inaugurou sob o comando da Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro, uma extensão da Armação de São João Batista de Itapocoróia, na entrada do canal de São Francisco, a Armação da Ilha da Graça (ELLIS, 1969), sendo a última armação erigida no Brasil Colonial. O mapa do litoral de Santa Catarina [Figura 3] retirado do livro de Myriam Ellis (1969), ilustra as seis armações construídas no estado.

Figura 3: Área Baleeira Catarinense.



Fonte: Livro "A Baleia no Brasil Colonial". Myriam Ellis. 1969. p. 88-89.

No sul do estado catarinense, a Armação de São Joaquim no município de Garopaba e a sua extensão a Armação de Imbituba foram os últimos núcleos baleeiros instalados ao sul do território brasileiro.

Armação de Garopaba

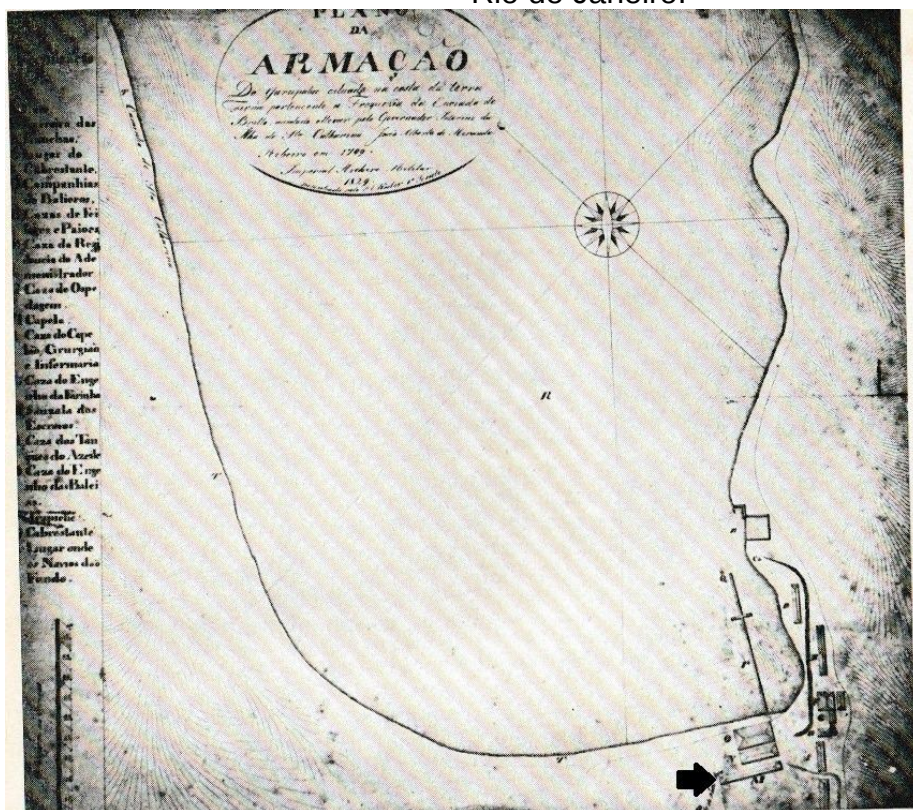
O francês botânico, naturalista e viajante Auguste de Saint - Hilaire descreve em seu livro "Viagem à Província de Santa Catarina" de 1820, a armação de Garopaba:

A armação ficava no interior de uma baía estreita e comprida, cercada á direita e á esquerda, de morros cobertos de florestas de um verde sombrio. A monotonia da paisagem é unicamente quebrada por algumas colinas situadas no continente e que por uma singularissima illusão de optica se assemelham a duas ilhas que se levassem defronte da armação separadas pelo canal. A igreja, os alojamentos do administrador, do capellão e dos feitores tinham sido construidos á meia encosta de um morro: o engenho de frigar, os reservatórios, as casas dos negros ficavam situados á margem da enseada (SAINT-HILAIRE, 1820, p 208 - 209).

A armação de Garopaba foi construída entre os anos de 1793 e 1795, no continente sul do Rio Embaú e da Enseada do Brito, na baixada do Morro de Garopaba

e com o padroeiro da capela, “São Joaquim” (ELLIS, 1969). O Plano da Armação de Garopaba de 1799 [Figura 4], ilustra os locais das estruturas com destaque para a seta indicando a área exata das Senzalas dos escravizados.

Figura 4: “Plano da Armação de Garopaba situada na costa da terra firme pertencente a Freguesia da Enciada de Britto, mandado ellevar pelo Governador Interino da Ilha de Sta. Catharina João Alberto de Miranda Ribeiro em 1799.” Cópia de 1829, pertencente a Mapoteca Histórica da Diretoria do Patrimônio do Exército. Rio de Janeiro.



Fonte: Livro “A Baleia no Brasil Colonial”. Myriam Ellis. 1969. p. 112-113.

Ao analisar o Plano da Armação de Garopaba, observa-se a localização em uma área mais elevada, da capela do santo protetor e a casa-grande da armação, representando a influência religiosa e o controle administrativo da produção em um local mais baixo (COMERLATO, 2011). De frente para o trapiche, está o Engenho de Frigir as Baleias. Seguindo em terra firme está a Casa dos Tanques contendo em seu interior, 4 tanques de 107,50m² de área, 3,50m de profundidade e 376,25m³ de capacidade de armazenamento (ELLIS, 1969) e atrás estão as Senzalas, descritas pela autora Myriam Ellis como:

Dispostas em quadra ou formando um alinhamento, com paredes laterais de pedra e cal, de tijolo e adôbe, e divisões internas de pau-a-pique, eram as senzalas construídas sobre pilares e esteios, como as moradias dos feitôres e dos baleeiros, em cujas proximidades se erguiam. As mais rústicas, inteiramente de pau-a-pique, dispunham de cobertura de palha (ELLIS, 1969, p. 79).

A senzala do núcleo baleeiro de Garopaba se estabelecia um estendo de casas com 300 palmos de frente, 30 de fundo e 12 de pé direito (REIS, 2016). A partir destas medidas, convertendo em unidades, pode se determinar aproximadamente que cada

uma das 10 casas do estendo possuíam em média cerca de 43,56m², ou seja, 8,21m² para cada cativo (REIS, 2016). Diante deste ambiente, pode-se refletir como os escravizados eram alojados: em locais pequenos, com umidade e pouco isolamento térmico.

O espaço em que a Armação de São Joaquim foi construída, atualmente, encontra-se o Centro Histórico de Garopaba e apenas a Igreja de São Joaquim e a Casa do Administrador, também conhecido como Paiol, mantém as suas estruturas originais desde o período da caça das baleias.

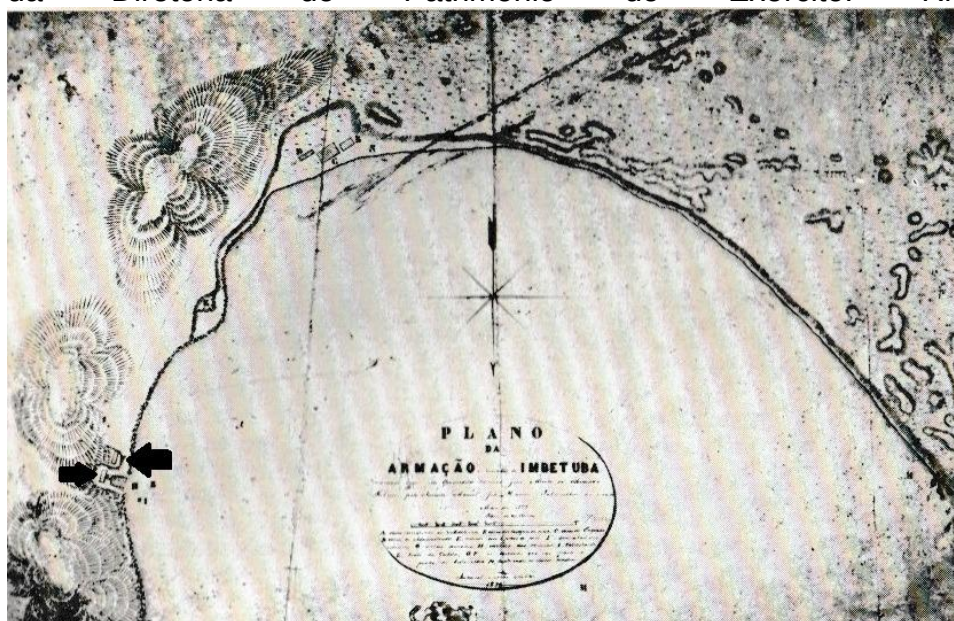
Armação de Imbituba

O francês Saint - Hilaré também descreve a armação de Imbituba, durante a sua passagem pelo estado de Santa Catarina:

No interior da enseada de Embituba achava-se a armação do mesmo nome, a mais meridional de todas as que existiam na província de Santa Catharina. As suas casas ficavam situadas á beira-mar, eram baixas e menos importantes que as de Itapocoroia e Garopaba (SAINT - HILARE, 1820, p. 212).

O núcleo baleeiro de Imbituba foi construído como uma extensão de Garopaba. Desta forma, era mais modesta do que as outras feitorias. A armação foi instituída pelas seguintes estruturas: casa dos tanques com capacidade para 574m³ de óleo, engenho de azeite, casas do administrador, companhas dos baleeiros, casas para o destacamento e as senzalas (COMERLATO, 2011), conforme no Plano [Figura 5] da Armação de Imbituba de 1799.

Figura 5: “Plano da Armação e enseada de Imbetuba mandado tirar pelo Governador interino João Alberto Miranda Ribeiro pello Tenente Manoel Jozé Xavier Palmeirim no Mez de Maio de 1799” Cópia de 1829, pertencente a Mapoteca Histórica da Diretoria do Patrimônio do Exército. Rio de Janeiro.



Fonte: Livro "A Baleia no Brasil Colonial". Myriam Ellis. 1969. p. 128-129.

Na imagem acima podemos observar todos os alicerces que compunham o núcleo baleeiro de Imbituba, as setas indicam os locais exatos das Senzalas e as Novas

Senzalas. Conforme a ELLIS (1969), as senzalas de Imbituba foram compostas por: “Hum Prolongo de Cazas com 125 palmos de frente e 35 de fundo e 10 de pé direito levantado sobre pilares de Tijolo e Esteios de pao dividido em quatro Cazas com hum Cano pelo meio para despejo das aguas.” Do mesmo modo como as estruturas da armação de Garopaba, as senzalas da armação de Imbituba, também eram pequenas, muito úmidas devido à proximidade com o mar e com pouco isolamento térmico, estas condições afetavam diretamente na saúde dos escravizados.

O local em que a armação de Imbituba foi construída, hoje em dia, está situado o Porto de Imbituba. Todas as estruturas da feitoria de Imbituba foram demolidas ou soterradas com a implantação do porto (COMERLATO, 2011). Na década de 1950, com o segundo período de caça das baleias no Brasil, foi instalado um “barracão” pertencente à empresa Sociedade Indústria de Produtos de Pesca, para o processamento de óleo deste cetáceo (EDMUNDSON & HART, 2014). Após o fechamento e o fim da caça, nesta área foi construído o Museu da Baleia, dedicado à história da caça das baleias e a sua conservação.

Os Cativos nas Armações de Santa Catarina

As seis feitorias baleeiras catarinenses foram instaladas com o propósito do beneficiamento das baleias e também se caracterizavam como unidades escravistas de grande porte, retratando toda a complexidade administrativa cotidiana similar às dos engenhos de açúcar e de café (REIS, 2016). A presença dos escravizados nas armações baleeiras foi fundamental para a implantação e o funcionamento desta atividade.

No documento do resumo após o fim do Contrato das Baleias do período de 1765 a 1777, apresenta em anexo o mapa das despesas das feitorias e consta que as armações catarinenses (de Nossa Senhora da Piedade e da Lagoinha) compreendiam de 819 escravizados, dentre os quais 162 morreram naquela época e 12 haviam fugido (CONSELHO ULTRAMARINO, 1777). Deste número, para a faina diária, os cativos operavam entre 30 tanoeiros, mais de 40 marinheiros e mais de 15 ferreiros, e além dos outros ofícios das armações (CONSELHO ULTRAMARINO, 1777). Os registros deste documento elucidam sobre a importância dos cativos em cada tarefa realizada nas armações catarinenses, reforçando a participação ativa deste grupo social nesta atividade.

Com as expedições de caça às baleias dos norte-americanos nos Bancos do Brasil em 1775 e o fim do contrato do Quintelas em 1801, deu início ao declínio das atividades baleeiras na costa brasileira. Sob a administração da Fazenda Real, as armações de Rio de Janeiro até Santa Catarina, sofreriam com a falta de recursos e suplementos tanto para os trabalhadores livres, quanto para os escravizados (ELLIS, 1969). O impacto da crise está presente no trabalho de Reis “Decrépitos e Quebrados: Escravidão, enfermidades e relações de trabalho nas armações baleeiras catarinenses (1746-1816) de 2016.

O autor descreve e apresenta esta temática, além de analisar as condições de saúde dos cativos nas armações de Santa Catarina. Um dos documentos analisados pelo autor, são os inventários das cinco armações de 1816, excluindo a Armação da Ilha da Graça por sua modesta atividade. Os documentos foram elaborados por ordem de Jacintho Jorge dos Anjos, administrador da real da pescaria de Santa Catarina, quando a Coroa Portuguesa devolveu a gestão das feitorias após 15 anos à iniciativa privada, restabelecendo o monopólio da atividade (REIS, 2016).

No decorrer da análise destes inventários foram contabilizados um total de 333 cativos reunidos nas cinco feitorias catarinenses neste período, sendo 220 africanos, 62

crioulos e 51 sem origem declarada (REIS, 2016). A expressiva diferença no número de cativos do documento de 1777 e dos documentos analisados por Reis de 1816, tem relação com a falta de investimento por parte da Fazenda Real para com as armações catarinenses. O autor complementa que, em 15 anos em que a Fazenda Real esteve sob domínio da administração da atividade, caiu pela metade o número de escravizados ativos, criando uma falha na passagem gradativa de uma geração mais envelhecida para uma mais nova que deveria ter sido obtida.

Com relação ao gênero que compunham estes grupos, 319 escravizados eram do sexo masculino e somente 14 mulheres foram relacionadas nestes documentos (REIS, 2016). A preferência por cativos do sexo masculino acentua o trabalho árduo em que estes grupos eram acometidos nas armações baleeiras.

Os Protagonistas das Armações de Garopaba e Imbituba

Diante o exposto da seção anterior, a presença dos cativos nas feitorias baleeiras de Santa Catarina foi expressiva e extremamente importante para que a atividade obtivesse sucesso em seu período. Nas armações mais meridionais do país, esta realidade não poderia ser diferente. No Inventário da Armação de Garopaba de 1816, pertencente ao Acervo de Eduardo Sérgio Pigozzi Ferreira, o número total de cativos presentes nesta feitoria era de 53, dos quais, 9 são descritos como “sem valor”. No quadro 1 abaixo, está a Lista dos Escravizados que constituíam a Armação de São Joaquim de Garopaba no período de 1816.

Quadro 1: Lista dos escravizados da Armação de Garopaba.

NOME/ORIGEM	IDADE	FUNÇÃO	SAÚDE	VALOR
Afonço - Calungo	66 anos	Falquejador e cortador do açougue	Quebrado	38\$400
Antônio - Angola	45 anos	Carpinteiro	Quebrado	51\$200
Anastácio - Mina	55 anos	Mestre de azeite	Quebrado	60\$000
Antônio - Pequeno	33 anos	Gancheiro		57\$600
Antônio	43 anos	Chacoteiro		80\$000
Antônio Grande, dito - Benguela	40 anos	Remeiro		100\$000
Antônio Comprido, dito- Benguela	45 anos			100\$000
Benedicto - Mina	53 anos	Chacoteiro	Quebrado	38\$400
Cazimiro - Mina	60 anos	Cortador de cima da baleia		51\$200
Clemente - Angola	60 anos	Barbeiro		40\$000
Caetano - Benguela	53 anos	De todo o serviço		80\$000
Domingos - Lundum	68 anos	Mestre de azeite e Carpinteiro		80\$000

Domingos - Congo	55 anos	Calafate e Cortador de cima da baleia		128\$000
Eugênio - Mina	55 anos	Cortador da praia		80\$000
Francisco	65 anos	Chacoteiro		51\$200
Francisco Baleeiro	60 anos	Patrão da lancha	Quebrado	57\$600
Francisco - Benguela	55 anos	Tanoeiro	Doente do peito	100\$000
Francisco	65 anos	Gancheiro		32\$000
Florêncio - Chambá	67 anos	Mestre de azeite		50\$000
Fructuozo - Benguela	40 anos	Remeiro		115\$200
Gonçalo - Angola	35 anos	Gancheiro		100\$000
João, dito - Angola	50 anos			80\$000
João - Congo	53 anos	Mestre de azeite		64\$000
João Antônio, dito	50 anos	Remeiro		80\$000
Joaquim	50 anos	Remeiro e Gancheiro	Quebrado	51\$200
João de Nabá - Mina	71 anos	Cortador de cima da baleia		16\$000
Ignácio - Mina - Chambá	73 anos		Curvado pela cintura	10\$000
João Gordo -Benguela	43 anos	Remeiro e Chacoteiro		100\$000
João Novo, dito - Balundo	45 anos			100\$000
Joaquim - Congo	40 anos	Mestre de azeite		100\$000
João Crioulo	40 anos	Pedreiro	Doente de erisipela	60\$000
Joaquim Comprido - Benguela	59 anos	Remeiro	Reumático	38\$400
Jozé	45 anos	Remeiro e Gancheiro		100\$000
Jozé - Camundá	59 anos	Calafate		80\$000
João - Benguela	47 anos	Marinheiro e Remeiro		80\$000
João	45 anos	Remeiro		100\$000
João - Angola	50 anos	Caldeireiro e Gancheiro		75\$000

Luiz Crioulo	65 anos	De todo o serviço	Quebrado	25\$600
Lourenço - Benguela	45 anos	Remeiro		100\$000
Matheus Benguela	70 anos	Chacoteiro		50\$000
Manoel	68 anos	Patrão da lancha	Quebrado	32\$000
Manoel	50 anos	Pedreiro e Cortador de cima da baleia		102\$400
Paulo	60 anos	Remeiro	Quebrado	51\$200
Sebastião - Mina	70 anos	Chacoteiro		16\$000
		ESCRAVIZADOS SEM VALOR		
Estevão Crioulo	70 anos		Aleijado	
Francisco - Mina Malé	75 anos		Cego	
Jozé de Souza Chato	79 anos		Decrépito	
João - Ambaca	73 anos		Quebrado	
Jozé, dito	71 anos			
Joaquim Domingues	60 anos			
Luiz Botão - Mina	80 anos		Decrépito	
Manoel Cachabá - Benguela	47 anos		Doente de uma hérnia	
Pedro - Cebalhos	75 anos		Decrépito	

Fonte: Inventário de Bens da Real Armação de São Joaquim da Garopaba. Acervo Eduardo Ferreira. 1816.

Os atores que diariamente labutavam na faina baleeira da enseada de Garopaba, tornaram possível esta atividade, graças aos seus incansáveis esforços nas mais diversificadas incumbências, conforme apresentado na tabela acima. Dos 53 escravizados, 9 não possuíam valor diante de seus graves estados de saúde, 13 apresentavam algum tipo de problema físico e 51 tinham idade superior a 40 anos. Os cativos de Garopaba compostos por Joãos, Joaquins e outros, em sua maioria com idade mais avançada e com problemas de saúde agravados pela consequência dos serviços realizados, também sofriam com os castigos. A armação contava com pares de algemas sugerindo a possibilidade da força opressora aplicada aos cativos obstinados (ELLIS, 1969). Diante o exposto, a concepção da Armação baleeira de Garopaba de ausentar da história mão de obra escravizada é infundada e negar estes fatos apenas corrobora com

a premissa de uma história eurocentrada configurada em exaltar determinados sujeitos e esquecer dos principais protagonistas deste passado.

Na última armação construída ao sul do Brasil, o suplemento do núcleo baleeiro de São Joaquim de Garopaba, no termo da Vila de Laguna, a Armação de Imbituba, também apresenta os seus atores de modo mais limitado, porém não menos importante. No Inventário do Suplemento da Fábrica de Imbituba de 1816, pertencente ao Acervo do Eduardo Ferreira, expõe 20 escravizados que se constituíram nesta feitoria. Na Tabela 2 a seguir, consta a Lista dos Escravizados da Armação de Imbituba de 1816.

Quadro 2: Lista dos Escravizados da Armação de Imbituba

NOME/ORIGEM	IDADE	FUNÇÃO	SAÚDE	VALOR
Antônio - Massela	47 anos	Cortador da praia		96\$000
Apolinário - Mina	60 anos	Chacoteiro		50\$000
Antônio	55 anos	Pedreiro		100\$000
Clemente	55 anos	Remeiro		51\$200
Francisco - Moquipungo	60 anos			76\$800
Gaspar - Rebollo	55 anos	Chacoteiro		64\$000
Joaquim - Ambá	45 anos	Remeiro		90\$000
João Novo - Benguela	73 anos	Chacoteiro		25\$600
João Velho, dito - Balundo	63 anos			25\$600
João, dito	57 anos			48\$000
Luiz - Benguela	55 anos	Cortador do açougue		51\$200
Manoel	40 anos	Gancheiro		80\$000
Paulo	59 anos	Carpinteiro da ribeira		64\$000
Paulo - Congo	60 anos	Calafate e Cortador de cima da baleia		80\$000
Pedro Papagayo	70 anos	Chacoteiro		16\$000
Pedro , dito - Ambaca	60 anos			25\$600
Simão - Benguela	25 anos	Cortador de cima da baleia		100\$000
Thiago - Benguela	60 anos	Gancheiro		32\$000
Thomaz - Moquipungo	50 anos	Mestre de azeite		57\$600
		ESCRAVIZADOS SEM VALOR		
João - Rebollo	70 anos		Decrépito	

Fonte: Inventário de Bens da Real Armação de São Joaquim da Garopaba e Suplemento da Fábrica de Imbituba. Acervo Eduardo Ferreira. 1816.

O João Rebollo de 70 anos foi o único da armação de Imbituba que não detinha valor, os outros 19 escravizados possuíam valoração. Contudo, do mesmo modo como na armação de Garopaba, o seu suplemento também apresentava cativos com idade mais avançada, comprovando o agravamento da crise da atividade nesta época. Além disso, o envelhecimento e o adoecimento dos cativos atestam a exiguidade de

investimento por parte dos administradores dos núcleos e em especial para a renovação da mão de obra escravizada (REIS, 2016). Os cativos da Armação de Imbituba, participavam em sua maioria nas funções de retalhamento da baleia e nas casas de frigar o óleo. Já que era a única armação que não tinha roça própria (REIS, 2016). Apesar disto, a presença dos escravizados nesta armação foi essencial para que o suplemento de Garopaba pudesse exercer a sua principal função de beneficiar o óleo do tão precioso cetáceo.

A relevância da presença da população negra nas armações baleeiras, pode ser comprovada através da análise desta seguinte afirmação:

O Engenho de Azeite ou Caza do engenho de frigar baleias, de beneficiar o azeite, ou simplesmente fábrica, era o principal setor da armação, o centro nevrálgico que comandava e para o qual convergiam os trabalhos cotidianos, o eixo, a mola mestra das atividades e da vida que aí se desenvolviam, a própria razão da existência da feitoria baleeira (ELLIS, 1969. p. 63).

O coração da atividade baleeira era conduzido pelas mãos negras dos escravizados, dos membros e do suor de Florêncio, Anastácio, João, Joaquim e Thomaz que foram Mestres de azeite, atuando diretamente nos Engenhos de Frigar as baleias. Porém, para que os toicinhos chegassem até estes lugares, passavam pelas mãos hábeis de Cazimiro e Simão, que eram os cortadores de cima da baleia, além dos gancheiros Antônio e Manoel. Alguns dos protagonistas que fizeram parte da história das armações de Garopaba e Imbituba. Sem estas pessoas não haveria os engenhos de frigar as baleias e muito menos as próprias armações baleeiras.

Considerações Finais

A história de Santa Catarina é marcada pela presença hegemônica da cultura européia, inviabilizando outras culturas que são existentes no estado, como os indígenas e os negros.

No contexto histórico das armações baleeiras catarinenses esta hegemonia também é refletida através dos poucos registros da população negra atuando nesta atividade. Contudo, conforme as autoras Mamigonian & Vidal (2021), “apontar a presença de africanos e seus descendentes - fossem escravos, libertos ou livres - cumpre o papel de devolver visibilidade a esses grupos no passado e, evidentemente, no presente.”

Este trabalho visou através de documentos e pesquisas bibliográficas, a presença dos cativos nas armações baleeiras de Santa Catarina, além de enfatizar os protagonistas que atuaram nas armações de Garopaba e Imbituba. Porém, para que esta tentativa de apagamento histórico seja revertida é necessário a realização de outros trabalhos e pesquisas com esta temática, buscando outras fontes, visitando outras variáveis a fim de resgatar o protagonismo da população negra nas armações baleeiras catarinenses.

Referências

Manuscritas

Acervo Eduardo Ferreira

Conclusão do inventário procedido na Armação de Garopaba e suplemento de Imbituba, em razão do termo de arrendamento das armações para a pesca de baleias nas capitâneas do sul do Brasil, firmado em 10/07/1816. Anexo: Inventário dos Bens da Real Armação de São Joaquim da Garopaba e Suplemento de Imbituba 11/11/1816. Retirado do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, Real Junta do Comércio - Administração da Pesca - Pesca do Ano de 1816 - Fis. 149 a 160 - Cx 360, pac. 3.

Inventário de todos os Bens de Raiz Móveis, Utensílios e Escravatura da Real Armação de São Joaquim de Garopaba e Suplemento da fábrica de Imbituba. 11/11/1816. Anexo: Inventário dos Bens da Real Armação de São Joaquim da Garopaba e Suplemento de Imbituba 11/11/1816. Retirado do Arquivo Nacional - Rio de Janeiro, Real Junta do Comércio - Administração da Pesca - Pesca do Ano de 1816 - Fis. 149 a 160 - Cx 360, pac. 3.

Arquivo Histórico Ultramarino - Acervo Bahia - Eduardo De Castro Almeida (Projeto Resgate)

OFÍCIO do governador Manuel da Cunha Menezes ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a remessa de documentos. MAPA dos tipos de embarcações que havia na capitania da Bahia, e que navegavam para a Costa da Mina, Angola, e outros portos da África, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará, e outros portos do Brasil, dos barcos, lanchas e pequenas embarcações que navegavam pelos rios e ribeiras dessa capitania, conduzindo viveiros e pescados para sua manutenção, com o número de marinheiros, pescadores forros e cativos que haviam na capitania, e freguesias onde moravam. LISTA das pessoas que trabalharam na safra das baleias na Fábrica de Itaparica, e na pesca de 1774, que pescou 9 peixes (8 madrígios, 1 seguilhote). LISTA das pessoas que trabalharam na safra das baleias na Fábrica de Itaparica, e na pesca de 1768, que pescou 179 peixes (146 madrígios, 33 seguilhote). Disponível em: AHU_CU_005-01, Cx. 47\Doc. 8789. 1775.

Arquivo Histórico Ultramarino - Acervo Santa Catarina (Projeto Resgate)

MAPA do resumo do que importam as fábricas do Contrato das Baleias, entre 1765 e 1777. Anexo: contrato, mapa das despesas. Brasil - Santa Catarina. Disponível: AHU_ACL_CU_021, Cx. 4\Doc. 265.1777.

Memória sobre a notícia das Armações das Baleias que até o fim do ano de 1794 havia na Ilha de Santa Catarina, terra firme, adjacências, constas do Brasil e sobre o estado da pescaria até 1798. Disponível em: AHU_SC,Cx 06\Doc. 405. 1798.

Bibliográficas

AZEVEDO, N. V. P. **A taxonomia da baleação portuguesa entre os séculos XV e XVIII: Uma história atlântica do mar, das baleias e das pessoas**. 2020. 435 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2020. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/99551>. Acesso em: 30/09/2025.

COMERLATO, F. **A instalação das armações de pesca da baleia em Santa Catarina no século XVIII**. Núcleo de Estudos Açorianos - NEA, UFSC. s/d..Disponível em: <https://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fabiana-comerlato/>. Acesso em: 04/10/2025.

COMERLATO, F. **As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais**. Tempos Históricos, vol. 15. 2011. p 481 - 501.

EDMUNDSON, W.; HART, I. **A história da caça das baleias no Brasil: do peixe real à iguaria japonesa**. Barueri, SP: DISAL, 2014. 311 p.

ELLIS, M. **A Baleia no Brasil Colonial**. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1969. p. 235.

MAMIGONIAN, B. G., VIDAL, J.Z. **História diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, Editora da UFSC. 2021. p. 272.

MORAIS, I.O.B *et al.* **From the southern right whale hunting to the humpback whaling expansion: a review of whale catch records in the tropical western south atlantic ocean**. Mammal Review, [S.L.], v. 47, n. 1, 2016. p. 11-23.

PALAZZO JR, J. T., FLORES, P. A. C. **Right Whales Eubalaena australis in Southern Brazil: A summary of current knowlegde and research needs**. Paper SC/M98/RW14. 1998. Disponível em: https://www.baleiafranca.org.br/oprojeto/publicacoes/Pallazzo&Flores1998_SCM98RW14.pdf. Acesso em: 26/09/2025.

QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. .p. 117- 142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 04/10/2025.

REIS, F.A.W dos. **“Decrépitos e quebrados”: Escravidão, enfermidades e relações de trabalho nas armações baleeiras catarinenses (1746-1816)**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2016. 77 p.

SAINT-HILAIRE, A. **A Viagem á Provincia de Santa Catarina (1820)**. Bibliotheca Pedagogica Brasileira, Brasiliana, s. 5ª, vol. 58. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p 253.

Agradecimentos

A Jheniffer dos Santos Ribeiro (*in memoriam*) por suas provocações que inspiraram ideias e reflexões, a esta autora, acerca deste tema tão importante e necessário a ser discutido e divulgado.

A Renata Walesca de Sousa Pimenta pela parceria, apoio incondicional, contribuições e orientações essenciais para o desenvolvimento deste artigo.

Aos meus pais, Valdomiro Rosa e Maria Madalena Duarte Rosa, por todo suporte, amor e confiança em mim.

Aos meus irmãos e irmã, por acreditarem sempre em mim.

As minhas amigas (os), por serem fundamentais na minha vida.

Ao Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, por abraçar este trabalho comigo.

Ao Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros (as) da Região Sul, pelo excepcional trabalho de divulgação científica.

Por último agradeço, a Deus, a inteligência suprema e a causa primária de todas as coisas, por me dar forças nos momentos de maior dificuldade.

E dedico este artigo a todos os africanos escravizados e seus descendentes que viveram e resistiram nas Armações Baleeiras de Santa Catarina. As memórias de suas lutas, seus suores e seus trabalhos não serão esquecidos e nem apagados da história deste território.